# Boletim Gaúcho de Geografia

http://seer.ufrgs.br/bgg

#### O ESPAÇO METROPOLITANO E SUA DINÂMICA

Roberto Lobato Corrêa

Boletim Gaúcho de Geografia, 20: 60-63, dez., 1995.

Versão online disponível em: http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38176/24559

Publicado por

# Associação dos Geógrafos Brasileiros



### **Informações Adicionais**

**Email:** portoalegre@agb.org.br

**Políticas:** http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy **Submissão:** http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions **Diretrizes:** http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines

## O ESPAÇO METROPOLITANO E SUA DINÂMICA1

#### Roberto Lobato Corrêa \*

Este trabalho visa a apresentar alguns pontos relativos à dinâmica do espaço metropolitano no Brasil. Trata-se de um espaço complexo, simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condição social, campo simbólico e campo de lutas. Sua complexidade torna-se maior em razão da poderosa inércia que suas formas espaciais possuem. Contudo, transformações têm ocorrido no espaço metropolitano. Vamos considerar algumas delas.

No processo de compreensão dessas transformações, torna-se necessário, contudo, considerar preliminarmente dois elementos de diferenciação. Ou seja, é necessário considerar o fato de que as transformações que se verificam no espaço metropolitano são diferenciadas segundo duas linhas de diferenciação.

Primeiramente, deve-se considerar o tamanho metropolitano. Certas transformações são, em grande parte, condicionadas pela dimensão demográfica da metrópole. Esta tese está apoiada na crença de que uma mudança quantitativa implica um salto qualitativo. Assim, existe um patamar crítico a partir do qual o processo de descentralização inicia-se.

Face a este aspecto, dois grupos metropolitanos podem ser distinguidos. O primeiro é constituído por São Paulo e Rio de Janeiro, metrópoles com mais de dez milhões de habitantes, e, o segundo, por um grupo de metrópoles com população entre um e quatro milhões de habitantes, a saber: Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Curitiba e Belém. Em segundo lugar, deve-se considerar as diversas singularidades vinculadas ao sítio metropolitano, à história urbana e regional e ao processo de inserção da metrópole na divisão territorial do trabalho em escala nacional e internacional. Assim, as transformações que se verificaram em metrópoles como Porto Alegre e Salvador, de um lado, ou em Belo Horizonte e Recife, de outro, são marcadas por singularidades que são as formas como os processos gerais, universais, próprios do urbano capitalista, são concretizados.

Na tentativa, contudo, de privilegiar regularidades e tendências gerais, de importância fundamental para a compreensão do fenômeno metropolitano brasileiro, apontam-se algumas transformações no espaço metropolitano. Transformações que já ocorreram e continuam a ocorrer, que se iniciam ou que podem ocorrer num certo prazo de tempo. Esta observação nos aponta para a desigual espaçotemporalidade dos processos sociais. As transformações que ressaltarem são as seguintes: a descentralização e seu impacto no núcleo central, a ratificação de setores residenciais seletivos, a *explosão* da periferia popular e os novos territórios que surgiram...

A descentralização e o núcleo central — Uma primeira transformação a ser ressaltada diz respeito à centralidade do núcleo central da metrópole. Transformação que, ao ser eminentemente funcional, acaba incorporando uma dimensão social. O núcleo central da metrópole constituiu-se em local de concentração maciça de atividades terciárias, especialmente o comércio varejista e serviços diversos, ambos dotados de grande centralidade, relacionada tanto ao espaço urbano como à hinterlândia da cidade. Ali se concentravam também as atividades administrativas das esferas municipal, estadual e federal. Foco exclusivo de convergência de transportes intra-urbanos, o núcleo central caracterizava-se por um tráfego denso. O movimento de pedestres, intenso durante o dia, era, e ainda é, salvo na área de diversões, extre-

Boletim Gaúcho de Geografia	Porto Alegre	N° 20 p. 3-192	DEZEMBRO 1995

mamente reduzido à noite.

Em algumas metrópoles, como em Porto Alegre e Curitiba, parcela da população de status social médio e elevado residia, e ainda reside, no núcleo central ou em suas imediações. Tratava-se, em realidade, de uma cidade monocêntrica, na qual as ligações entre os bairros passavam necessariamente pelo núcleo central. O monocentrismo, contudo, vem sendo desfeito progressivamente, ainda que com ritmo desigual segundo as metrópoles brasileiras. Trata-se simplesmente dos efeitos do congestionamento do núcleo central? Congestionamento que, em suas múltiplas manifestações, eliminou vantagens locacionais, criando deseconomia de aglomeração e suscitando um processo de descentralização. Ou seria conseqüência do crescimento demográfico e da expansão do espaço urbano, tornando o núcleo central progressivamente mais distante das novas áreas? Ambos os fatores implicaram não apenas no abandono de atividades do núcleo central como no aparecimento descentralizado de novas atividades. Nesse complexo processo interesses fundiários, imobiliários, de empreiteiras e de outras frações do capital estão também presentes.

A descentralização originou novas formas espaciais. Muitas são espontâneas como os sub-centros comerciais hierarquizados, os eixos e áreas especializadas — móveis, autopeças, lustres, confecções, consultórios e clínicas médicas, entre outras — e áreas industriais. Outras são planejadas como os *shopping centers* e os distritos industriais. Novos focos descentralizados de gestão de atividades econômicas também emergiram, assim como novos centros administrativos dos governos estaduais e novas áreas de diversões. Paralelamente, novos focos descentralizados de transportes aparecem, identificando novos mercados metropolitanos de trabalho.

No bojo da descentralização, verifica-se uma progressiva redefinição do núcleo central. Deixa de monopolizar a localização das atividades terciárias, dividindo com os subcentros comerciais, as áreas e os eixos especializados e os shopping centers, a função comercial e de serviços. E mais, instala-se a tendência do núcleo central tornar-se o foco varejista e de serviços para segmentos sociais de níveis de renda mais baixos, tendência que se verifica mais nitidamente em metrópoles como Salvador, Recife e Fortaleza.

Importa agora levantar algumas questões sobre o processo de descentralização que afeta não apenas o núcleo central, mas todo o espaço metropolitano. Que condições são capazes de gerar o processo de descentralização? Como interferem no processo de descentralização variáveis como tamanho demográfico, sítio, plano urbano, nível de renda da população, a propriedade fundiária e as oportunidades de investimento de capital no espaço urbano? Como as singularidades locais afetam processos gerais que tendem a se verificar na metrópole moderna?

A ratificação de setores residenciais seletivos — Na cidade do Rio Janeiro, a partir da segunda metade do século dezenove, a população de status mais elevado inicia o processo de abandono dos bairros centrais, deslocando-se predominantemente para a Zona Sul. Interesses fundiários e de outras frações do capital, que contavam com a atuação do Estado, criaram um amplo setor residencial seletivo em áreas cujos atributos naturais passavam a ser vistos como amenidades. Tratava-se de setores litorâneos — Glória, Flamengo, Botafogo... No século vinte esse padrão setorial é ratificado — Copacabana, Ipanema, Leblon — e em seu último quartel urbaniza-se a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes.

O processo de abandono dos bairros centrais e a criação de setores residenciais seletivos é difundido nas grandes cidades brasileiras, valorizando-se áreas litorâneas como se verifica em Fortaleza, Recife, Salvador, metrópoles, e em cidades que já ultrapassam um significativo patamar demográfico e de complexidade funcional, como se exemplifica com Vitória, Florianópolis e Maceió. A criação de setores residenciais seletivos verifica-se também em cidades não-litorâneas como São Paulo, Porto Alegre e Teresina, esta última com características não-metropolitanas.

A centralidade da população de status mais elevado é assim minimizada. O padrão locacional tende a ser setorial, originando um setor que, das proximidades do núcleo central afasta-se progressivamente dele, situando-se, em vários casos, a distâncias consideráveis do núcleo central, como se exemplifica com a Barra da Tijuca no Rio de Janeiro. Alphaville e Piedade nas regiões metropolitanas de São Paulo e Recife, respectivamente. Trata-se de um padrão especial à la Hoyt.

No processo de ratificação do padrão setorial da população de alto status, a organização espacial vê-se caracterizada por novas formas que pressupõem intenso investimento de capital e uma nova concepção sócio-espacial: os condomínios exclusivos, os *shopping centers* e as auto-estradas expressam a

ratificação moderna do padrão setorial seletivo.

Uma única questão pode ser agora formulada. Quais as implicações dessa tendência no que se refere à implantação de infra-estrutura, aos custos de transportes, à circulação de parcela crescente da população que trabalha nesses setores residenciais seletivos, às possibilidades de alocação de recursos públicos em outros setores da cidade e na visão de mundo dos habitantes desses setores residenciais seletivos e auto-segregados?

A "explosão" da periferia popular - Simultaneamente à criação de setores residenciais seletivos, verifica-se a explosão da periferia popular. Explosão que tem como causa primeira os efeitos da modernizução dolorosa do campo no Centro-sul do país, a manutenção de estruturas agrárias arcaicas no Nordeste, e a desestruturação do mundo ribeirinho-florestal na Amazônia. Como causa secundária um movimento, de intensidade variável, que reloca populações pobres de áreas mais centrais, menos periféricas e valorizadas, para novas periferias, mais distantes do núcleo central.

A expansão da periferia metropolitana, que inclui cada vez mais novos municípios, significa, de um lado, a criação ampliada de um vasto reservatório de mão-de-obra e, de outro, a oportunidade de extração de renda da terra e de investimentos em infra-estrutura e nos setores vinculados, direta ou indiretamente, à produção de habitações. No processo de expansão da periferia metropolitana, três formas de organização do espaço são evidenciadas: os loteamentos populares e a autoconstrução, os conjuntos habitacionais do Estado, e as favelas. Cada uma delas tem um significado distinto, mas todas colocam à tona a pobreza da organização do espaço e os numerosos problemas que a literatura já colocou em evidência: o tempo imposto nos precários meios de transporte, ausência de equipamentos de consumo coletivo, as epidemias constantes, o esquadrão da morte, etc.

Criam-se, assim, aparentemente, duas cidades. Uma de opulência, bem-estar e poder; outra de pobreza e desesperança. Elas, no entanto, são parte integrante da mesma unidade, contraditória, cujas contradições se viram agravadas e expressas com maior nitidez nas áreas segregadas dos setores seletivos, de um lado, e das periferias populares, de outro.

Os novos territórios - Diferentes grupos sociais, distintos entre si no que se refere à ocupação, renda, idade, sexo, crença e outros atributos, aparentemente compartilham o mesmo espaço metropolitano. Alguns desses grupos desenvolvem um conjunto de práticas que definem territórios, entendidos como segmentos do espaço apropriados e/ou controlados por um dado grupo com o objetivo de garantir as práticas que lhe dão identidade ou permitem realizar suas atividades.

No espaço metropolitano novos territórios emergiram, suscitando daqueles interessados em compreender o urbano, o encaminhamento de linhas de investigação a respeito de novas territorialidades na metrópole. Colocam-se então as questões sobre a territorialidade das diversas denominações pentecostais, das religiões afro-brasileiras, dos gays, ciganos, grupos funks e o crime organizado, envolyendo, por exemplo, o narcotráfico. Qual a área de abrangência de cada um desses territórios? Como foram conquistados, isto é, apropriados e ou controlados? Como estão coexistindo com outros territó-

Os novos territórios, diferentes da rede formal de segmentos espaciais controlados pelas diversas instituições do Estado, pela Igreja Católica e pelas grandes empresas com suas jurisdições definidas, via de regra, por mecanismos de mercado, recortam a metrópole segundo novos padrões espaciais, atribuindo novos significados ao espaço metropolitano que se apresenta, assim, como um caleidoscópio cada vez mais complexo.

À memória de Helena Kohn Cordeiro

BJENNESTEIN, Glauco. Acumulação, capital e espaço urbano: o exempto do Shopping Center. Rio de Janeiro: UFR)/Departamento de Geografia, Tese de Mestrado, 1993

CARDOSO, Elizabeth D. O capital imobiliário e a expansão da malha urbana do Rio de Janeiro: Copacabana de Grajaú, Rio de Janeiro: UFRJ/Departamento de Geografia. Tese de Mestrado, 1986

CORDEIRO, Helena K. A "Cidade Mundial" de São Paulo e a recente expansão do seu centro metropolitano. Revista Brasileira de Constituição 54 (3). Bio de Janeiro (1972).

Geografia, 54 (3). Rio de Janeiro: IBGE, 1992

- MATTOS, Rogério B. e Ribeiro, Miguel Ângelo C. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de
- Janeiro. Inédito
  O'NEILL, Maria Verônica V.C. Segregação residencial: um estudo de caso. Rio de Janeiro: UFRJ/Departamento de Geografia, Tese

- O'NEILL, Maria velonica v. C. Segregação residentada dor Estado de Companya de Mestrado, 1983

  PACHECO, Suzana M. M. Produção e reprodução de toteamentos na periferia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/Departamento de Geografia, Tese de Mestrado, 1984

  PINTAUDI, Silvana M. e Frugoli Jr. Heitor (org). Shapping Centers espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: Editora UNESP, 1992

  SANTOS, Carlos Nelson F. Formações metropolitanas no Brasil mecanismos estruturantes. São Paulo: FAU/USP, Tese de Destrutamento 1984
- Doutoramento, 1984

  SOARES, Maria Therezinha S. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pela grande Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia, 24 (2). Rio de Janeiro: IBGE, 1962

  SOUZA, Marcelo José L. O narcotráfico no Rio de Janeiro: sua territorialidade e a dialética entre "Ordem" e "Desordem". (Inédito)

<sup>\*</sup> Professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro